

UMA QUESTÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL

Reginaldo José BARBOZA

Docente da Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerências - FAEG e da Faculdade de Ciências Humanas - FAHU da Associação Cultural e Educacional de Garça - ACEG.

RESUMO

O nosso objetivo primordial é partir de uma breve definição do conceito “ética” e, em seguida, compreender a sua aplicabilidade no âmbito da vida profissional. Para tanto, mencionaremos alguns exemplos de comportamentos considerados antiéticos e as possíveis conseqüências que estes podem trazer para vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Ética, moral, desonestidade, profissionalismo.

ABSTRACT

Our primordial objective is to leave of one brief definition of "ethical" concept and, after that, to understand its applicability in the scope of the professional life. For in such a way, we will mention some examples of considered behaviors no ethical and the possible consequences that these can bring for life of the individuals.

Key Words: Ethics, moral, dishonesty, professionalism.

1. INTRODUÇÃO

Sem dúvida alguma, para estarmos no estágio civilizatório no qual nos encontramos (estamos falando aqui dos princípios da cidadania - direitos e deveres), passamos, por um lado, por momentos críticos na história: várias revoluções, conflitos, guerras etc. Por outro lado, o Homem, de certa forma, procurou também criar um consenso para assim poder viver em harmonia com os outros homens.

É obvio para nós que os animais não vivem dilemas éticos: isso ocorre somente entre os humanos. Em outras palavras, um animal não repassa “informações sigilosas” ou privilegiadas

a terceiros, assim como fazem alguns advogados, médicos etc.; um animal não “desvia recursos financeiros” de outros animais para usufruir dos bens, assim como fazem muitos administradores, contadores etc.

Pois bem, para abordarmos as relações conflitantes do nosso dia-a-dia e, deste modo, alcançar um acordo sobre o nosso modo de agir em sociedade, precisamos da Ética. Sendo assim, pretendemos aqui configurar um breve apanhado da história sobre os termos “ética” e “moral”, e, assim, os relacionarmos com a vida profissional.

2. CONTEÚDO

Etimologicamente a palavra “Ética” vem do grego *ethikos*, ou, ainda, *ethos*, que significa hábito ou costume. Sabemos ainda que a Ética está intimamente relacionada com a obrigação *moral* e que este termo, por sua vez, etimologicamente vem da língua latina (*mos* ou *mores*) e significa costume, regras, normas, leis, responsabilidade ou obrigações que determinam a vida dos indivíduos.

Após esses esclarecimentos conceituais, a questão que se faz é: o que significa afirmar que uma pessoa é antiética ou imoral? Para tanto, começando pelo segundo termo, podemos dizer que ser imoral implica naquele indivíduo que não segue leis, normas ou regras estabelecidas (explícitas) ou não em um código de ética: seja esta a Constituição ou um Código de Ética Profissional qualquer.

Já o termo Antiético se refere àquele que, além de não seguir os mandamentos ou os princípios morais baseados em ideais como equidade, justiça e confiança, não permite sequer uma discussão sobre as leis, normas ou regras estabelecidas. Ou ainda, antiético é aquele que não permite ao menos a participação do outro (que, por exemplo, tenha sido acusado injustamente) em um debate.

Em relação ao profissionalismo, a ética é indubitavelmente um elemento essencial do sucesso de indivíduos e Organizações. Ser ético é, além de permitir a discussão, ser honesto com os princípios que regem uma determinada sociedade. Assim, a vida em comum exige respeito mútuo, limites entre os espaços e posses alheios. A harmonia entre os indivíduos de uma sociedade (podendo fazer parte desta os colaboradores que se situam no interior de uma Organização qualquer - pública ou privada) implica em confiança, lealdade, parceria, respeito mútuo.

Deste modo, subtrair algo, tecer comentários maldosos sobre as outras pessoas sem dar-lhes o direito de defesa são atos viciosos e indignos que caracterizam a desonestidade. A desonestidade, no sentido capitalista do termo, nada mais é do que fruto da tentação de se

obter lucros exagerados, dos privilégios e benefícios fáceis, do enriquecimento mediante o autoritarismo do cargo que ocupa (subornos), entre outros.

Basta ligarmos a TV ou lermos um jornal e logo nos deparamos com casos de grandes dirigentes de empresas, políticos, juízes, governadores praticando atos ilícitos.

Para exemplificar, temos um caso quase esquecido na história da corrupção brasileira: o do juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau. Depois de investigado, foi condenado no ano de 2000 por ter desviado R\$ 169,5 milhões da obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), que abrigaria as varas trabalhistas paulistanas. A sua justificativa, pasmem, por ter aberto contas bancárias no exterior e ter depositado mais de US\$ 12 milhões, baseava-se em uma herança recebida de um tio que era *aposentado como alfaiate*.

A respeito de casos como esse, indagamos: o que é preciso fazer para viver de um modo um pouco mais justo? Com certeza, muitos irão concordar que a Educação exerce um papel fundamental, mas precisamos admitir também que precisamos, além disso, de penalidades ou, no mínimo, do cumprimento severo delas; faz-se necessário a aplicação de multas altíssimas, reclusões mais duradouras. Em poucas palavras, sabemos que “o medo” de punições rigorosas já nos faz pensar mais vezes antes de cometermos qualquer imoralidade.

No ano de 2003, presenciamos, por exemplo, a falência da multinacional *Parmalat*. Neste caso, um dos seus contadores, Alessandro Bassi, de apenas 32 anos, que nem estava sendo diretamente investigado, cometeu suicídio por não agüentar as pressões, pois o rombo na Organização já somavam mais de 14 bilhões de euros (17 bilhões de dólares).

Como muitos sabem, também no Japão (lugar onde a tradição familiar e as penalidades dos Códigos são de fato seguidas) várias pessoas cometem suicídio ao serem descobertas em atos ilícitos, ou, então, renunciam aos seus cargos antes mesmo de serem indiciados.

Entretanto, uma outra questão diz respeito ao seguinte: é possível conciliar ética e lucro? Para muitos que vivem no mundo dos negócios isso parece ser algo contraditório, mas basta analisarmos o famoso caso do incidente ocorrido em 1982 com o medicamento-analgésico Tylenol, fabricado pela companhia americana *Johnson & Johnson*.

Na época, sete pessoas tinham morrido envenenadas com cianeto após a ingestão de cápsulas do analgésico chamado *Tylenol Extra-Forte*. Conforme informações do Jornalista Mário de Moraes¹

“Esse medicamento, em forma de cápsulas e comprimidos, representava 35% do mercado norte-americano de analgésicos para adultos vendidos em balcão, com vendas anuais de US\$ 450 milhões, contribuindo com mais de 15% dos lucros da empresa fabricante; isto

¹ Para maiores detalhes a respeito do “Caso Tylenol” favor consultar a Referência bibliográfica.

em um mercado cujo total de vendas alcançava US\$ 1,3 bilhões". (MORAES, 2000, p. 116).

O fato é que, após o incidente com este produto, a repercussão foi inteiramente negativa por parte dos noticiários.

Neste caso, qual foi a atitude da empresa? Ao saber que o seu produto tinha sido adulterado, ela ordenou que, além do lote contaminado, todos os analgésicos desta denominação fossem retirados do mercado. Ou seja, a *Johnson & Johnson* nada mais fez do que o que era correto fazer naquele momento: embora pudesse perder muito dinheiro com isso, ela preferiu ser honesta em relação à vida humana.

Embora algumas pessoas acreditassem que esta empresa jamais pudesse recuperar o seu mercado de vendas, a *Johnson & Johnson* acabou por reforçar sua forte liderança; isso ocorreu devido à maneira como ela enfrentou o incidente. Mais do que um nome a zelar, os dirigentes dessa empresa perceberam que, quando há responsabilidades sociais envolvidas nas decisões, o lucro não deve ser, egoisticamente falando, a prioridade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, apesar de sabermos que em toda sociedade existem maus exemplos de cidadania, e isso com certeza não conduz o ser humano a viver em harmonia com o seu próximo, nunca devemos nos esquecer de que, por outro lado, existem também aqueles que pensam e agem de maneira correta.

Neste caso é considerável afirmar que boa parte das pessoas ainda tenta ao máximo ser honesta: ganhar seu salário com dignidade, não sucumbir à opressão alheia, debater os problemas que o afligem. Isto, pois, implica em dizer que boa parte das pessoas ainda pode "levantar a cabeça" e dizer "sou ético e tenho uma moral a seguir"!

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MORAES, Mário de. Caso Tylenol: um (bom) de RP. **Revista Exame**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 116-118, jan. 2000.

NASH, Laura. **Ética nas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SÁ, Antonio Lopes. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1998.

WONSOVICZ, Silvio. **Aprendendo a viver juntos**: investigando sobre ética. Florianópolis: Sophos, 2001.

